

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

Aos 07 dias do mês de setembro de 2022, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(Presencial)

1. Apreciação e votação da ata n.º 12, de 20 de julho e das atas n.º 1 a 8 das reuniões extraordinárias de 5, 6, 7, 13, 14, 15 e 19 de julho;
2. Distribuição de iniciativa legislativa para efeitos de elaboração de parecer - [Projeto de Lei n.º 224/XV/1.ª \(CH\)](#) — «Flexibiliza o regime jurídico das Parcerias Público Privadas na área da Saúde»;
Deputado Relator: GP PS;
3. Distribuição de iniciativa legislativa para efeitos de elaboração de parecer - [Proposta de Lei n.º 24/XV/1.ª \(GOV\)](#) — «Aprova a Lei de saúde Mental e altera legislação conexa»;
Deputado Relator: GP PSD;
4. Designação de relator para o Parecer sobre a [audição](#) da vogal indigitada para o Conselho de Administração da ERS - Dra. Mariana Torres, ao abrigo dos n.os 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto;
Deputado Relator: GP IL;
5. Eventual designação de relator para elaboração de Relatório sobre a [COM \(2022\)338](#) - «Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a normas de qualidade e segurança para as substâncias de origem humana destinadas à aplicação em seres humanos e que revoga as Diretivas 2002/98/CE e 2004/23/CE»;
Deputado Relator: GP PCP;
6. Deliberação sobre a admissão e designação de relator para a [Petição n.º 35/XV/1.ª](#) - «Combater o crescimento e o impacto crescente das novas substâncias psicoativas em Portugal», 109 assinaturas;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

Deputado Relator: GP PS;

7. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD](#) para audição do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) e da direção do Algarve Biomedical Center (ABC);
8. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH](#) para audição urgente do Presidente do INEM, sobre as falhas na prestação de socorro por parte do INEM;
9. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL](#) para audição urgente da Ministra da Saúde sobre o Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas relativo a 2021 e sobre o futuro do SNS;
10. Outros assuntos.

-
1. Apreciação e votação da ata n.º 12, de 20 de julho e das atas n.º 1 a 8 das reuniões extraordinárias de 5, 6, 7, 13, 14, 15 e 19 de julho;

As atas foram aprovadas por unanimidade.

2. Distribuição de iniciativa legislativa para efeitos de elaboração de parecer - Projeto de Lei n.º 224/XV/1.ª (CH) — «Flexibiliza o regime jurídico das Parcerias Público Privadas na área da Saúde»;
Deputado Relator: GP PS;

O GP do PS indicou o Deputado Luís Santos como Deputado Relator.

3. Distribuição de iniciativa legislativa para efeitos de elaboração de parecer - Proposta de Lei n.º 24/XV/1.ª (GOV) — «Aprova a Lei de saúde Mental e altera legislação conexa»;
Deputado Relator: GP PSD;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

O GP do PSD indicou a Deputada Helga Correia como Deputada Relatora.

4. Designação de relator para o Parecer sobre a audição da vogal indigitada para o Conselho de Administração da ERS - Dra. Mariana Torres, ao abrigo dos n.os 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto;

Deputado Relator: GP IL;

O Presidente referiu que a Deputada Joana Cordeiro informara previamente que não poderia estar presente na reunião, por estar retida em trabalhos da 12.ª Comissão, e indicara que seria relatora do Parecer sobre a audição da vogal indigitada para o Conselho de Administração da ERS.

5. Eventual designação de relator para elaboração de Relatório sobre a COM (2022) 338 - «Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a normas de qualidade e segurança para as substâncias de origem humana destinadas à aplicação em seres humanos e que revoga as Diretivas 2002/98/CE e 2004/23/CE»;

Deputado Relator: GP PCP;

O GP do PCP indicou o Deputado João Dias como Deputado Relator.

6. Deliberação sobre a admissão e designação de relator para a Petição n.º 35/XV/1.ª - «Combater o crescimento e o impacto crescente das novas substâncias psicoativas em Portugal», 109 assinaturas;

Deputado Relator: GP PS;

Colocada à votação, a Petição n.º 35/XV/1.ª foi admitida, tendo o GP do PS indicado o Deputado Miguel dos Santos Rodrigues como Deputado Relator.

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) e da direção do Algarve Biomedical Center (ABC);



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

O Deputado Rui Cristina apresentou o Requerimento enquadrando o mesmo no facto de recentemente ter sido publicado um comunicado no qual os funcionários da Algarve Biomedical Center (ABC) denunciavam a existência de divergências entre o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) e a ABC. Afirmou que tais divergências colocavam em causa a continuidade do Mestrado Integrado em Medicina, lecionado na Universidade do Algarve, e alertou para o impacto negativo que a possível extinção do Mestrado teria na formação de novos médicos e na sua fixação no Algarve. Referiu então que para o seu GP era importante ouvir as duas instituições, de forma a obter os esclarecimentos necessários sobre o futuro do consórcio e o impacto que teria o seu eventual termo.

O Deputado Jorge Botelho concordou com o Requerimento, sublinhando que era uma situação que seria importante apurar, em particular por terem sido noticiadas versões contraditórias do sucedido. Acrescentou que para o GP do PS é necessário apurar os factos e concordou com a importância que o tema reveste para a Região do Algarve.

Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade.

8. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH para audição urgente do Presidente do INEM, sobre as falhas na prestação de socorro por parte do INEM;

O Deputado Pedro dos Santos Frazão apresentou o requerimento, mencionando que foram tornadas públicas, pela comunicação social, situações em que existiu instabilidade no socorro de pacientes e dificuldade por parte das ambulâncias em aceder a pessoas que necessitavam de socorro urgente, pelo que era da maior importância esclarecer se existiam falhas no socorro de emergência e, em caso afirmativo, o que estava a ser feito para inverter essa situação.

A Deputada Joana Lima e o Deputado Rui Cristina declararam que acompanhavam o Requerimento e que votariam favoravelmente.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

Submetido a votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do GP do PCP e do BE.

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL para audição urgente da Ministra da Saúde sobre o Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas relativo a 2021 e sobre o futuro do SNS;

A Deputada Carla Castro apresentou o Requerimento, enquadrando o mesmo no Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas, relativo a 2021. Defendeu que o relatório deveria confrontar o acesso a cuidados de saúde em 2021 com o período pré-pandemia e não apenas com o ano de 2020, que foi o ano em que surgiu a pandemia Covid-19. Adicionalmente, referiu que o relatório não abordava devidamente questões como a taxa de mortalidade, cuidados oncológicos e cuidados continuados integrados e paliativos, nem o facto de cerca de um milhão de utentes não terem médico de família à data de julho de 2021, nem ainda, a situação dramática que se vivia não só nos serviços de urgência, mas em todos os serviços de cuidados hospitalares. Em conclusão, referiu que para o GP da IL era urgente ouvir a Ministra da Saúde sobre as perspetivas e planos do Governo para colmatar estas falhas.

O Deputado Luís Soares aventou que carecia de sentido apresentar um requerimento para a audição de um membro do Governo que apresentou a sua demissão recentemente, como era de conhecimento público. Afirmou que esperava que o GP da IL retirasse o seu requerimento, uma vez que da leitura do mesmo não resultava claro se pretendia ouvir a Ministra, que apresentou a demissão, ou o futuro Ministro da Saúde que ainda seria nomeado pelo Primeiro-Ministro. Referiu, no que ao teor do Requerimento dizia respeito, que a Ministra da Saúde, os Secretários de Estado e outros responsáveis políticos já tinham sido ouvidos por esta Comissão, em julho, sobre diversos assuntos, em particular sobre a mortalidade.

Sublinhou, por fim, que o Requerimento deveria ser votado apenas após ser indigitado o novo membro do Governo responsável pela pasta da saúde e que o requerimento,



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

naquele momento, pecava por extemporaneidade, pelo que não contaria com o voto favorável do GP do PS.

O Deputado Pedro dos Santos Frazão afirmou que votaria favoravelmente, visto ser importante que a Ministra da Saúde seja ouvida no Parlamento sobre as falhas no acesso aos serviços de saúde no SNS.

O Deputado Rui Cristina anunciou igualmente que votaria favoravelmente, acrescentando que, segundo fora anunciado pelo Primeiro-Ministro, a Ministra da Saúde manter-se-ia em funções até dia 15 de setembro, pelo que nada obstará à realização desta audição.

A Deputada Carla Castro agradeceu as intervenções anteriores e discordou com a perspetiva do Deputado Luís Soares, retorquindo que a discussão do Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas relativo a 2021 devesse ser feita por um Ministro da Saúde em particular. Afirmou que a perspetiva do Governo sempre fora a de que estaria em causa um plano político para a saúde, razão pela qual carecia de importância se o Requerimento era para a audição da Ministra da Saúde, que ainda estava em funções, ou do próximo Ministro. No que concerne o teor do Requerimento, esclareceu que o mesmo estava devidamente identificado e acrescentou que durante o mês de agosto novos dados haviam surgido sobre o tema e que não correspondia à verdade que a questão da mortalidade estivesse devidamente esclarecida. De todo o modo, procurando um compromisso com as preocupações aventadas pelo GP do PS, solicitou a alteração oral do conteúdo do Requerimento de forma a mencionar que se pretendia ouvir o novo Ministro da Saúde, com urgência, assim que seja anunciada a sua tomada de posse.

O Deputado Luís Soares defendeu então que o próprio requerimento do GP da IL referia as perspetivas de futuro no SNS e questionou de que modo seria possível que um membro do Governo demissionário estivesse em condições de responder sobre a estratégia e plano do Governo para o futuro. Propôs então que o Requerimento apenas fosse apresentado quando o novo Ministro com o pelouro da saúde fosse anunciado.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

A Deputada Carla Castro sublinhou, novamente, que a Ministra da Saúde ainda estava em funções e esclareceu que o que estava em questão eram as políticas de saúde e decisões e não uma pessoa em concreto, pelo que não seria pertinente prolongar a discussão sobre quem ocupa o cargo. Lamentou a intransigência do GP do PS e afirmou que a responsabilidade pela não realização desta audição apenas recairia sobre o GP do PS.

O Deputado Luís Soares declarou então que após a tomada de posse do novo Ministro da Saúde e da sua adaptação ao cargo, o GP da IL poderia contar com o voto favorável do GP do PS.

Submetido à votação, o Requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e com os votos favoráveis do PSD, IL, CH e PCP, registando-se a ausência do BE.

10. Outros Assuntos;

- Audiência com a UNITAID sobre a apresentação da nova estratégia para o período de 2023 a 2027;

O Presidente anunciou que recebera um convite da UNITAID, o qual, entretanto, foi reencaminhado para todos os Deputados da Comissão, sobre um pedido de audiência. O Presidente referiu que a UNITAID mencionou que alguns dos seus membros se deslocariam a Portugal no próximo dia 14 de setembro, pelo que colocava à consideração dos Deputados a possibilidade de ser agendada uma audiência nessa data.

O Deputado Luís Soares declarou não ter nada a opor a que o Plenário da Comissão recebesse em audiência a entidade referida. Não obstante, sublinhou a necessidade de serem adotados os mesmos critérios para os pedidos de audiência que são endereçados à Comissão. Recordou que foi constituído o Grupo de Trabalho-Audiências e Audições e que a decisão de receber esta entidade deveria ser coerente, de forma a não criar um precedente para o futuro.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

O Presidente afirmou que a criação do Grupo de Trabalho não inviabilizava a possibilidade de a Comissão de Saúde receber em plenário qualquer entidade que submeta um pedido de audiência, se assim for consensualizado pelos membros da Comissão, e que a importância do tema estava devidamente elencada na exposição que fora remetida pela UNITAID.

O Deputado Rui Cristina concordou, referindo que seria pertinente ouvir esta entidade em sede de audiência na Comissão.

Posto isto e não se registando oposição, o Presidente afirmou que a audiência seria agendada para a próxima-quarta feira, 14 de setembro.

- Agendamento de audiência para apresentação do relatório anual do SICAD- «A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências 2020» e «A Situação do País em Matéria de Álcool 2020»;

O Presidente recordou que estava pendente a marcação da audiência ao SICAD para apresentação dos Relatórios de 2020, a qual fora adiada em função da pandemia Covid-19 e que a mesma seria agendada o mais rapidamente possível.

- Agendamento da discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.º 71/XV/1.ª (BE)- «Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica» e 88/XV/1.ª (PAN)- «Elimina a discriminação de género nos critérios de compensação associada às atividades específicas dos médicos» para a próxima reunião da Comissão de Saúde;

O Presidente anunciou que o prazo para entrega de propostas de alteração pelos GP já tinha terminado, pelo que a discussão e votação dos Projetos de Lei n.º 71/XV/1.ª (BE) e n.º 88/XV/1.ª (PAN) seria agendada para a reunião da próxima semana.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

- Agendamento da votação na especialidade do Projeto de Resolução n.º 138/XV/1.ª (L)- «Recomenda ao Governo a criação de um Programa “Regressar Saúde”, dirigido especificamente a profissionais de saúde»;

O Presidente anunciou ainda que baixara à Comissão, na especialidade, o Projeto de Resolução n.º 138/XV/1.ª (L)- «Recomenda ao Governo a criação de um Programa “Regressar Saúde”, dirigido especificamente a profissionais de saúde» e que, não se manifestando oposição, seria concedido um prazo de uma semana para apresentação de propostas de alteração, até 14 de setembro, findo o qual seria agendada a respetiva discussão e votação na especialidade.

- Grupo de Trabalho Eventos e Deslocações;

O Presidente questionou o GP do PSD, a quem caberia a indicação do Deputado Coordenador, se estava em condições de o fazer.

O Deputado Rui Cristina indicou que o Deputado Coordenador seria o Deputado Guilherme Almeida.

Posto isto e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua versão áudio ser consultada neste [link](#).

Palácio de São Bento, 08 setembro 2022.

O PRESIDENTE



(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Irene Costa (PS)
Joana Lima (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
João Dias (PCP)
Catarina Martins (BE)
António Monteiro (PS)
Berta Nunes (PS)
Eduardo Alves (PS)
Jorge Botelho (PS)
Patrícia Faro (PS)
Rosa Isabel Cruz (PS)
Helga Correia (PSD)
Carla Castro (IL)
Gilberto Anjos (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 13/XV/ 1.ª SL

Joana Cordeiro (IL)

Jorge Gabriel Martins (PS)